

**ATA NÚMERO 375/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos seis dias do mês de maio de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 374, referente à reunião de 29 de abril.
2. Apreciação e votação do relatório referente à Conta Geral do Estado – 2013.  
Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 395/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reduz a taxa do IVA no gás em garrafa de 23% para 6%.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (BE).
4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.
5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.
6. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 835/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determinando um novo modelo de designação do Governador do Banco de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração.
7. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS com vista à audição do Secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação.
8. Deliberação sobre o modo de concretização da audição do Governo no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) Altera

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.

9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.
10. Apreciação do relatório da Comissão de Avaliação do Regime Extraordinário e eventual agendamento de audição.
11. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma delegação do Senado francês e a um Deputado do Parlamento Federal Alemão.
12. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 374, referente à reunião de 29 de abril.**

A [ata n.º 374](#), referente à reunião de 29 de abril, foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**2. Apreciação e votação do relatório referente à Conta Geral do Estado – 2013.  
Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).**

Este ponto ficou adiado para a reunião da próxima semana.

**3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 395/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Reduz a taxa do IVA no gás em garrafa de 23% para 6%.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (BE).**

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 395/XII/4.<sup>a</sup> \(BE\) - Reduz a taxa do IVA no gás em garrafa de 23% para 6%](#), dando nota do seu conteúdo, após o que o mesmo foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.ª (GOV) – Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.**

Não havendo qualquer proposta de audição a realizar, o Senhor Presidente sugeriu que, como habitualmente, as propostas de alteração sejam apresentadas até às 13 horas da próxima 3.ª feira, dia 12 de maio, sendo a discussão e votação, na especialidade, efetuada na reunião do dia seguinte.

- 5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão, na sequência do pedido formulado pelo Grupo Parlamentar do PSD, com acordo do GPPS. O Senhor Presidente levantou a questão da ratificação da proposta de alteração apresentada por PSD/CDS-PP fora do prazo acordado para tal, verificando-se essa ratificação.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio para defender que as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP não são a forma mais adequada de fazer alterações ao Código do IRS. Lembrou que o tema não foi discutido na generalidade, apesar de merecer, genericamente, o acordo do PCP. Manifestou a sua discordância com a abertura deste precedente e sugeriu aos GP's proponentes que estas alterações sejam apresentadas em Projeto de Lei autónomo.

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) referiu que, uma vez que a discussão e votação deste Projeto de Lei ficou adiada, dado que também o GPPS pretende apresentar alterações, a proposta do PCP vai ser considerada.

- 6. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 835/XII/4.ª (PS) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determinando um novo modelo de designação do Governador do Banco de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração.**

A redação final do [Projeto de Lei n.º 835/XII/4.ª \(PS\) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determinando um novo modelo de designação do Governador do Banco](#)

[de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração](#) – foi aprovada sem votos contra.

- 7. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS com vista à audição do Secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação.**
  
- 8. Deliberação sobre o modo de concretização da audição do Governo no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.**

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou novamente o requerimento do GPPS, reiterando a posição já exposta na reunião da semana pretérita, no que toca a esta audição em concreto e a outros requerimentos com o mesmo objetivo, apresentados noutras Comissões, relativas ao tema da requalificação.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) considerou ser pertinente ouvir o Secretário de Estado da Administração Pública relativamente à matéria da requalificação e sugeriu que a audição seja efetuada no âmbito do Grupo de Trabalho do [Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#). O Senhor Presidente esclareceu que, não sendo hábito a audição de membros do Governo em sede de Grupo de Trabalho, a mesma se fará em duas fases: uma no âmbito do Grupo de Trabalho, outra relativa ao tema da requalificação.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) realçou que a audição do Secretário de Estado da Administração Pública deverá efetuar-se depois de ouvidos as estruturas sindicais, no âmbito do Grupo de Trabalho.

- 9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.**

O Senhor Presidente fez uma síntese das propostas de auditorias apresentadas, questionando os GP's sobre a existência de consenso. Perante a resposta afirmativa, o Senhor Presidente solicitou que os GP's de PSD/CDS-PP concretizassem qual a auditoria a efetuar pelo Governo e qual a que será solicitada ao Tribunal de Contas, informando o GPPSD que a sua proposta é de auditoria do Tribunal de Contas à Metro do Mondego S.A. e do Governo à Baía Tejo S.A..

**10. Apreciação do relatório da Comissão de Avaliação do Regime Extraordinário e eventual agendamento de audição.**

Na sequência do envio do relatório da Comissão de Avaliação do Regime Extraordinário (CARE), o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão uma eventual audição da CARE, não tendo existido qualquer manifestação nesse sentido.

**11. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma delegação do Senado francês e a um Deputado do Parlamento Federal Alemão.**

O Senhor Presidente efetuou uma breve síntese das audiências realizadas, dando nota dos assuntos debatidos no decorrer das mesmas.

**12. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente informou que a [Proposta de Lei n.º 321/XII/4.ª \(GOV\)](#), apesar de ainda não ter baixado à Comissão, está agendado para debate no Plenário no dia 15 de maio e propôs a distribuição provisória da iniciativa para elaboração de parecer. Cabendo ao GPPSD, foi nomeado autor do parecer o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou informações sobre as questões colocadas à Senhora Ministra de Estado e das Finanças aquando da sua última audição na Comissão; não havendo ainda resposta, pediu ao Senhor Presidente para insistir na necessidade de uma resposta atempada.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) suscitou a questão da análise do cenário macroeconómico apresentado pelo PS por parte da UTAO, defendendo a realização dessa análise mediante colaboração do PS, através da prestação dos elementos nos quais se baseou aquele cenário. Advogou que nada impede a realização desta análise, invocando um precedente nesta matéria, numa legislatura anterior.

O Senhor Presidente solicitou que esta questão seja colocada, em termos concretos, por escrito.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) interveio, recordando que o PS se disponibilizou para esclarecer todas as dúvidas levantadas pelo PSD. Salientou que o documento não é um

## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

programa eleitoral nem uma proposta legislativa e defendeu que o precedente alegado pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) não o é efetivamente, uma vez que a análise então efetuada se enquadrava nos trabalhos parlamentares. Considerou que esta iniciativa do PSD envolve uma comissão especializada num debate partidário e invocou críticas efetuadas por anteriores presidentes do PSD, enfatizando que se trata de uma tentativa de instrumentalização de uma entidade pública.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) notou o que considerou o tom mais exaltado da intervenção do Senhor Deputado João Galamba (PS) e realçou que sem colaboração do PS não é possível a análise do documento. Defendeu que a análise técnica do documento não substitui o debate político e que aquela é pertinente para os portugueses fazerem as suas escolhas no ato eleitoral que se aproxima.

De seguida, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) corroborou a intervenção da Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) e defendeu que é por respeito à UTAO que o PSD pretende esta análise, uma vez que esta pressupõe a independência da UTAO. Enfatizou que, para que esta análise seja efetuada, é fundamental a colaboração do PS e questionou o GPPS sobre a disponibilidade para facultar os elementos necessários à UTAO.

O Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) declarou que é já compreensível o objetivo do PSD: não, no seu entender, que a UTAO analise o documento, mas responsabilizar o PS por não facultar elementos para análise. Questionou se seria apenas o PS a apresentar o documento à UTAO ou se todos os partidos o farão e indagou sobre o tipo de documento que a UTAO apresentará, uma vez que não terá cariz político. Recordou que as perguntas efetuadas pelo PSD foram todas objeto de resposta e defendeu que não se deve envolver uma entidade ligada à Assembleia da República no debate político.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sustentou que o PS tem reservas quanto à análise da UTAO em virtude, eventualmente, das premissas do seu cenário macroeconómico não serem sustentáveis. Propôs que se volte a debater a questão mas lembrou que apenas com os elementos facultados pelo PS é possível efetuar a análise.

Salientou o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) que a Comissão segue regras democráticas, de maioria, mas reiterou que o PS está disponível para responder a quaisquer perguntas que o PSD queira colocar. Destacou que o cenário macroeconómico servirá apenas de suporte às propostas que serão submetidas ao eleitorado e esclareceu que toda a informação está disponível.

O Senhor Presidente referiu que aguardava a apresentação do requerimento.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) perguntou sobre o estado da recolha de intervenções da Conferência sobre a dívida pública, ocorrida em 16 de dezembro, após o que o Senhor Presidente esclareceu que a recolha dos textos se encontra a ser ultimada.

Nestes termos, Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de maio de 2015

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
Jorge Paulo Oliveira  
José de Matos Rosa  
Paulo Sá  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Vieira da Silva  
Catarina Marcelino  
Ivo Oliveira  
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva  
João Paulo Correia  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Conceição Bessa Ruão  
Isabel Santos  
Nuno Reis  
Pedro Filipe Soares